26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

MEDIADORES DA INFORMAÇÃO E DA LEITURA NO SISTEMA PRISIONAL PARA MULHERES

INFORMATION AND READING MEDIATORS IN THE FEMALE PRISON CONTEXT

Karina de Oliveira Silva - Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE)
João Arlindo dos Santos Neto - Universidade Federal do Pará (UFPA)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Aborda a mediação da informação e da leitura como processos que visam à apropriação da informação pelas pessoas privadas de liberdade. Tem como objetivo apresentar e discutir a visão dos servidores da Unidade de Custódia e Reinserção Feminina de Ananindeua, Pará, acerca das ações de mediação desenvolvidas no ambiente prisional, identificando as especificidades, os desafios e os impactos dessas práticas. Quanto ao método, adotou-se o estudo de caso único. As técnicas de coleta de dados para a triangulação foram as entrevistas semiestruturadas com cinco mediadores, observação não participante e pesquisa documental, realizadas no segundo semestre de 2024. Os dados foram analisados pela técnica de Análise de Conteúdo, com categorias derivadas da exploração dos dados. Os resultados indicam que os mediadores vivenciam experiências práticas ancoradas no diálogo, no respeito e na escuta ativa, visando evitar relações assimétricas de poder no espaço de aprendizagem e na biblioteca da prisão. Conclui-se que a mediação da informação e da leitura na UCRF Ananindeua é um processo complexo, que enfrenta desafios estruturais e de recursos humanos, mas que demonstra potencial significativo para a transformação social e a reinserção das mulheres privadas de liberdade.
Palavras-chave: mediação da informação; mediação da leitura; biblioteca de prisão.

Abstract: It addresses the mediation of information and reading as processes aimed at helping people deprived of liberty access information. The goal is to present and discuss the perspective of the staff at the Women's Custody and Reintegration Unit in Ananindeua, Pará, regarding the mediation activities carried out in the prison setting, identifying the specifics, challenges, and impacts of these practices. As for the method, a single case study was adopted. The data collection techniques for triangulation included semi-structured interviews with five mediators, non-participant observation, and document research, carried out in the second half of 2024. The data were analyzed using Content Analysis, with categories derived from exploring the data. The results indicate that the mediators have practical experiences grounded in dialogue, respect, and active listening, aiming to avoid asymmetrical power

relationships in the learning space and in the prison library. It can be concluded that the mediation of information and reading at UCRF Ananindeua is a complex process, facing structural and human resource challenges, but it shows significant potential for social transformation and the reintegration of women deprived of their freedom.
Keywords: information and reading mediation; information mediators in prison; library in prison.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é oriundo de uma dissertação de mestrado concluída em um Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Região Norte do País, que investigou a mediação da informação e da leitura para mulheres privadas de liberdade (Silva, 2025). Para esta comunicação apresenta-se e discute-se a visão dos servidores da Unidade de Custódia e Reinserção Feminina de Ananindeua, no Estado do Pará (UCRF Ananindeua), sobre as ações de mediação da informação e da leitura desenvolvidas na prisão.

O Estado do Pará conta com 701 mulheres em situação de privação de liberdade, das quais 513 são mulheres pretas e pardas. No Brasil, o total é de 33.488 mulheres encarceradas, representando parcela crescente das 727.301 pessoas encarceradas no país, a terceira maior população prisional do mundo (Brasil, 2026).

Nesse contexto, apresenta-se quem são os profissionais que constroem, no cotidiano, as condições para que a mediação da informação e da leitura aconteça dentro de uma prisão para mulheres, evidenciando as especificidades, os desafios e os impactos dessas práticas.

A Ciência da Informação (CI) tem avançado na discussão sobre as bibliotecas nas prisões e a mediação da informação nesses contextos, sobretudo, nos últimos anos (Bertoleza; 2022; Lopes, 2023; Moreira, 2023; Santos, 2023; Sousa, 2021; Zamite; Paiva, 2025; Zamite *et al.*, 2024). Contudo, a perspectiva dos mediadores, os profissionais que executam essas práticas em condições muitas vezes precárias e invisibilizadas, ainda recebe atenção discreta.

Portanto, esta pesquisa reside em dois aspectos. Primeiro, trata-se do primeiro estudo sobre mediação da informação em bibliotecas de prisões realizado em um PPGCI da região Norte do Brasil, contribuindo para amenizar a assimetria dos estudos em bibliotecas em prisões. Segundo, ao centrar o olhar na perspectiva dos mediadores, e não apenas nas pessoas privadas de liberdade, a pesquisa revela as tensões, adaptações e potencialidades de uma prática profissional exercida sob condições estruturais adversas, em um contexto de encarceramento feminino marcado por especificidades de gênero, raça e territorialidade amazônica.

2 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DA LEITURA EM BIBLIOTECAS NAS PRISÕES

Mediação da informação e da leitura são extensões conceituais do conceito de mediação (Santos Neto, 2019) e compreendem processos distintos, com definições também distintas. No entanto, compreendem instâncias e momentos concomitantes, uma vez que a apropriação da informação se dá por meio da leitura.

A mediação da informação é definida por Almeida Júnior (2015) como a ação de interferência que ocorre em um processo no contexto informacional, com a finalidade de que as pessoas possam se apropriar da informação para satisfazer, momentaneamente, suas necessidades informacionais. Essa interferência pode ser direta ou indireta, consciente ou inconsciente, e divide-se em mediação implícita, nas atividades técnicas de seleção, organização e disponibilização do acervo, e mediação explícita, na interação direta com os sujeitos, como em projetos de leitura, atividades culturais e atendimentos de serviço de referência.

Esse processo de mediação é relevante no contexto da prisão, onde o acesso e a apropriação da informação é estruturalmente restrito. Santos Neto, Bortolin e Almeida Júnior (2017) compreendem que a apropriação da informação constitui uma prática cotidiana, por meio da qual os indivíduos, ao interagir com diversos suportes e contextos, atendem às suas necessidades existenciais, promovendo tanto o desenvolvimento intelectual quanto a atribuição de significados à realidade. Logo, evidencia-se a importância da atuação dos mediadores na prisão, uma vez que nem sempre se medeia informação e leitura a partir de diversos suportes e contextos.

Nesse contexto, pesquisas como as de Lopes (2023) e Sousa (2021) discutem a mediação da informação no sistema prisional como processo dialógico centrado nas pessoas privadas de liberdade. Este trabalho, por sua vez, avança no debate ao dar visibilidade aos mediadores, profissionais que constroem, na prática cotidiana, as condições possíveis para que a mediação aconteça.

Santos Neto (2023) ressalta a importância de os profissionais apreenderem os múltiplos significados da mediação da informação, para que suas ações não caiam no modo automático e puramente técnico. Cavalcante (2020) acrescenta que desenvolver a mediação da informação e da leitura pressupõe o reconhecimento das diferenças e a alteridade, condições essenciais em um ambiente marcado pela heterogeneidade identitária como vivenciada pelas mulheres encarceradas.

A mediação da leitura, por sua vez, visa incentivar o gosto pela leitura e a formação de leitores. Bortolin (2010) define a mediação de leitura literária como a interferência casual ou planejada visando levar o leitor a ler literatura em diferentes suportes e linguagens. No contexto prisional, essa prática assume funções da em possibilitar o autoconhecimento e fomentar a empatia, sendo instrumento de compreensão do mundo e fonte de prazer em condições de privação.

Outras pesquisas também analisaram o fenômeno da mediação da informação e da leitura no contexto da prisão com foco nas mulheres. Barbosa (2017) analisou as práticas informacionais de apenadas gestantes em Minas Gerais, destacando a necessidade de estratégias de mediação que considerem a complexidade das trajetórias de vida dessas mulheres. Moreira (2023) discutiu propostas de mediação da informação e da leitura para mulheres encarceradas alinhadas à Agenda 2030, reforçando que a mediação nesses espaços precisa considerar as especificidades de gênero, os traumas, os papéis de cuidado e a maternidade à distância.

Tanto a mediação da informação quanto a mediação da leitura compreendem processos vinculados à vida e demandam o alcance de cinco dimensões: dialógica, estética, formativa, ética e política (Gomes, 2014, 2019, 2020). No contexto prisional, o alcance de tais dimensões é aqui ainda mais enfatizado, uma vez que o cuidado no gesto da mediação deve levar em conta a situação em que as pessoas privadas de liberdade se encontram, com suas angústias, anseios e necessidades. O contexto prisional, por este e tantos outros motivos, suscitam desafios às pessoas mediadoras da informação e da leitura, que precisam buscar maneiras inovadoras e efetivas para mediar em meio à limitação de acervo, espaço e condições adversas ocasionadas pela privação de liberdade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva quanto aos objetivos, qualitativa quanto à abordagem e adota o estudo de caso único como método, fundamentada em Yin (2015). A triangulação de técnicas de coleta de dados foi utilizada para reforçar a validade do estudo e compreendeu: entrevistas, observação e pesquisa documental.

A coleta de dados foi realizada no segundo semestre de 2024, por meio de oito visitas de campo à UCRF Ananindeua. As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas a cinco profissionais que atuam na unidade, identificados como P1 a P5 para preservar o sigilo,

complementadas pela observação não participante assistemática, com registros em diário de campo. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPA e autorizada pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Pará (SEAP).

Na análise dos dados, adotou-se a técnica categorial de Análise de Conteúdo segundo Bardin (2016), com abordagem indutiva. As transcrições foram organizadas em planilha para codificação temática e as categorias foram derivadas da exploração dos dados, e não definidas a priori, resultando em cinco categorias: Responsabilização na atuação na UCRF Ananindeua; Identificação dos projetos de leitura e vivências; Biblioteca: um espaço desconhecido; Mediação da informação e da leitura; e Aspectos que poderiam propiciar um melhor atendimento às educandas. Os resultados são apresentados a seguir, ora com trechos literais das entrevistas e ora com a interpretação e análise de conteúdo guiada pelas categorias definidas, dialogadas com a literatura.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente apresenta-se alguns dados descritivos do perfil das pessoas respondentes. Os cinco participantes são ocupantes dos cargos de Agente Penitenciário/Técnico de Reinserção Social (P1), Bibliotecária (P2), Pedagoga (P3), Professora Alfabetizadora (P4) e Policial Penal/Gerente de Segurança (P5). Possuem idades entre 34 e 46 anos; a maioria se identifica como mulher. Quatro têm entre 5 e 16 anos de carreira e um deles, dois anos. Quatro possuem nível superior e um, ensino técnico. Esses profissionais atuam de forma integrada, atendendo às Assistências previstas na Lei de Execução Penal (LEP).

Quanto à **Responsabilização na atuação na UCRF Ananindeua**, a diversidade de cargos revela que a mediação da informação na prisão é exercida por múltiplos agentes, com formações e atribuições distintas. Este dado confirma a dinamicidade da mediação da informação numa perspectiva ampla, para além das bibliotecas e não limitada ao bibliotecário. Ao questionar as funções dos entrevistados, cada um descreveu a sua função principal. A partir das respostas, foi possível constatar a complementaridade e a interdependência das ações, conforme alguns dos trechos das respostas indicados a seguir:

> P2: A minha função é estar para coordenar as bibliotecas nas unidades, implantar bibliotecas, renovar o acervo, ir atrás de parceiros, para que desenvolvam atividades aos privados de liberdade.
>
> P4: Alfabetização, sou professora alfabetizadora. [...] A maior parte das internas estão analfabetas, o meu papel é alfabetizá-las, se elas saírem da minha turma com as quatro operações, lendo o básico e interpretando, já fiz meu papel.

Tais respostas denotam um discurso complementar quanto às funções, pois enquanto a bibliotecária gere o acervo, a professora planeja a realização de atividades de funções básicas da matemática e de alfabetização e leitura no espaço, de maneira compartilhada com a bibliotecária. Assim, depreende-se que as mediadoras interferem no processo de mediar a leitura e a informação, o que corrobora a definição conceitual de Almeida Júnior (2015) quanto à mediação da informação. Além disso, esse contexto da equipe da UCRF Ananindeua corrobora os dados do Censo Nacional de Práticas de Leitura no Sistema Prisional (Brasil, 2023), que indica que a mediação nas prisões é desenvolvida predominantemente por pedagogos, professores e policiais penais, com participação ainda rara de bibliotecários. A atuação multidisciplinar, conforme Gomes (2014, 2019, 2020), é constituída de cinco dimensões que, quando articuladas, tornam a mediação efetiva quanto à intencionalidade do protagonismo social.

Ao questionar sobre os **projetos de leitura e vivências** realizados pelas pessoas mediadoras, foram identificados dois na UCRF Ananindeua: “ARCA DA LEITURA” E “WORKSHOP DE FORMAÇÃO DE LEITORES”.

O Projeto Arca da Leitura, iniciado em 2012, visa o incentivo à leitura por meio do empréstimo de livros de uma biblioteca móvel que leva os exemplares até os blocos carcerários. As resenhas são produzidas ao final de leitura de um livro, com prazo de 30 dias e as atividades são mediadas pela pedagoga da UCRF Ananindeua. Cada obra lida e finalizada com produção escrita resulta na remição de quatro dias de pena, 12 livros lidos ao ano correspondem a 48 dias remidos. Alguns trechos, extraídos das entrevistas, sobre os projetos são indicados a seguir:

> P1: O projeto Arca da Leitura [...] abrangeu todo mundo, o que acontece é que eles utilizam mais para remição pela leitura, que ganha dias na diminuição da pena.
>
> P2: A remição que envolve a leitura é realizada pela equipe de técnicos da SEAP. E a Arca da leitura, que é diferente da remição.

O Workshop de Formação de Leitores é desenvolvido pela Fundação Cultural do Pará (FCP), com foco na leitura de obras de autores paraenses e culmina na escrita de resenhas para remição de pena. Essa escolha temática produz um efeito identitário expressivo: ao trabalhar com autores e paisagens da Amazônia, o Workshop provoca nas educandas um processo de reconhecimento territorial e reconstrução de memórias afetivas ligadas ao Pará. A pedagoga descreve seu olhar integrador em relação às atividades de leitura:

> P3: Tudo que tem a ver com leitura eu tenho esse olhar de incluí-las.

A ausência de mediadores durante a leitura nas celas, observada pela pesquisa, pode resultar em dificuldades de compreensão, compensada por uma abordagem flexível na correção das resenhas. A mesma entrevistada ainda destaca que:

> P3: Dentro do entendimento delas, a gente não exige muito.

Essa flexibilidade é coerente com o que Bortolin (2010) denomina mediação planejada e sensível às realidades específicas do público. Compreende-se que este pensamento da mediadora expressa uma sensibilidade no gesto da mediação, o que alcança das dimensões ética e política da mediação (Gomes, 2014, 2019, 2020), pois se reconhece a dificuldade em determinados momentos durante as mediações.

Na sequência, questionou-se a respeito do espaço da biblioteca na Unidade e de maneira geral foi dito sobre o desconhecimento do espaço por algumas reeducandas e o potencial de mediação da biblioteca, o que nos leva a categoria: **Biblioteca: um espaço desconhecido.**

A biblioteca da UCRF Ananindeua enfrenta desafios significativos. Sua estrutura física é adaptada, com problemas de iluminação e ventilação, e não atende plenamente às necessidades tanto das mulheres privadas de liberdade quanto das pessoas mediadoras. O espaço é visto pelos mediadores como limitado, cuja principal função é armazenar livros, sem configurar um espaço de leitura ativa. As educandas não têm acesso direto, os livros são levados até os blocos carcerários.

Esse quadro está em dissonância com Gomes (2008), para quem a mediação eficaz depende de uma infraestrutura intencionalmente planejada, suporte, espaço e políticas. Além disso, o alcance das dimensões estética e formativa (Gomes, 2014, 2019, 2020) fica limitado, pois não há o desenvolvimento do sentimento de pertença ao espaço da biblioteca e a beleza no ato de aprender torna-se solitária e limitada aos blocos. A flexibilização das normas arquitetônicas prisionais (Resolução CNPCP nº 2/2018) resultou na ausência de parâmetros mínimos de espaços obrigatórios, comprometendo a qualidade dos serviços informacionais.

O acervo conta com cerca de 2.800 livros, predominantemente de literatura, obras religiosas e didáticas, formado por doações. A limitação de cinco livros por cela e a ausência de uma equipe dedicada à gestão dos empréstimos dificultam o atendimento e a proposição de outras mediações. A necessidade de revisar todos os exemplares antes dos empréstimos e a rotatividade das educandas entre as celas ampliam esses desafios. A Participante 2 aponta que

implantar bibliotecas na prisão é o maior desafio enfrentado, evidenciando que a precariedade estrutural não é pontual, mas sistêmica, uma vez que o próprio contexto de funcionamento das unidades prisionais é rígido e segue padrões pré-definidos.

Ao questionar as práticas e os impactos das mediações deflagradas, foi possível classificar também as mediações em implícitas e explícitas. A categoria **Mediação da informação e da leitura** denota que mediação implícita (Almeida Júnior, 2015) envolve campanhas de arrecadação de livros, seleção criteriosa de doações, organização e distribuição do acervo, além do planejamento de projetos e parcerias institucionais, ou seja, sem o contato com as reeducandas. A mediação explícita (Almeida Júnior, 2015), ocorre diretamente nos blocos carcerários e celas, por meio da entrega de livros, orientações para elaboração de resenhas, esclarecimentos sobre remição de pena e questões pessoais e processuais das educandas.

A professora P4 descreve como transforma a mediação explícita em instrumento de letramento e cidadania ao trabalhar com a matemática da remição da pena e com textos de legislação sobre direitos das mulheres:

> P4: Elas perguntam sempre sobre a remição de pena, faço o cálculo de pena, aí eu já aproveito isso e já trabalho a matemática [...] na semana da mulher eu trouxe um debate sobre todas as leis de proteção à mulher. E aí você vai tirando dúvidas delas e trazendo informações para o processo judicial.

A mediação como prática dialógica é um aspecto positivo destacado pelos participantes. A mediadora P5 observa que as educandas frequentemente buscam informações sobre seus processos e de seus familiares, revelando que a mediação na prisão extrapola os limites da leitura literária e alcança dimensões jurídicas, psicossociais e de saúde. P5 ainda registra uma prática espontânea de mediação:

> P5: Algumas educandas, que estão passando por algum período não muito bem, elas me pedem livros, me solicitam, dizem “posso pegar um livro?” E eu autorizo, nunca falo não pode!, porque acho importante isso para elas, para ocupar o tempo delas.

A mediadora P3 alcança as dimensões formativa e política ao introduzir nas aulas temas de repercussão global com conexão local, como a Conferência das Nações Unidas sobre a mudança Climática (COP 30, que ocorreria em Belém) e o desmatamento na Amazônia, criando condições para que as educandas expressassem suas visões e preocupações. Essa prática

corrobora com o exposto por Gomes (2020) quanto ao potencial da mediação como uma instância política de humanizar o acesso à informação e contribuir para o fortalecimento da justiça e do cuidado com o outro e com o meio.

Durante a entrevista foi possível constatar que as especificidades entre as mulheres também é um aspecto à ser lembrado e debatido, conformando a categoria **Aspectos que poderiam propiciar um melhor atendimento às educandas**. A invisibilidade social vivenciada pelas mulheres encarceradas manifesta-se de forma interseccional, atravessada por Marcadores Sociais da Diferença (MSD) que impactam de maneira complexa suas realidades. Santos Neto (2023) compila 10 MSD no contexto do protagonismo dos mediadores e que podem e/ou deveriam ser levados em considerações nos gestos de mediação: acessibilidade, classe social, etnia, família, gênero, geração/faixa etária, raça, sexualidade, territorialidade e trabalho. O referido autor ressalta que tais marcadores são imbricados, estão contidos, constituem e são constituídos entre si, não podendo ser analisados de modo cartesiano e isolado.

No contexto da UCRF Ananindeua, por exemplo, esses marcadores revelam-se determinantes para a mediação: mulheres com deficiência enfrentam barreiras adicionais; pessoas LGBTQIAPN+ vivenciam violências específicas; mulheres dos municípios do interior do Pará têm necessidades informacionais distintas das que residem na grande capital Belém; jovens e idosas demandam abordagens diferenciadas; e laços familiares fragilizados afetam a rede de apoio e a própria motivação para a leitura.

Reconhecer os MSD é, portanto, condição para uma mediação da informação que considere as múltiplas opressões enfrentadas por mulheres em privação de liberdade, implicando a seleção de acervos com recortes de raça e gênero e estratégias sensíveis às especificidades de cada marcador.

As evidências demonstram indícios dessa incidência: a escolha de autores paraenses no Workshop de Formação de Leitores mobiliza o marcador de territorialidade e identidade amazônica; a sensibilidade de P5 ao atender educandas em sofrimento emocional articula os marcadores de gênero e saúde mental; e a atuação de P4 com conteúdos sobre legislação de proteção à mulher conecta os marcadores de gênero e classe social ao direito à informação. Essas práticas, ainda que não sistematizadas sob a nomenclatura dos MSD, revelam uma sensibilidade interseccional que opera no cotidiano da mediação, corroborando Santos Neto (2023) quanto ao caráter imbricado e mutuamente constitutivo desses marcadores na atuação de mediadores.

Por fim, quando questionado sobre os principais desafios e potencialidades na visão dos mediadores, foram indicados: a falta de recursos humanos dedicados exclusivamente à biblioteca; a precariedade estrutural do espaço; a comunicação interna insuficiente entre os profissionais de diferentes cargos; e as restrições impostas pela equipe de segurança ao acesso de livros e à realização de atividades. Em 2024, até novembro, foram produzidas mais de 359 resenhas de remição na UCRF Ananindeua, dado que evidencia o engajamento das educandas e, simultaneamente, a demanda reprimida por uma mediação mais estruturada.

Como potencialidades, destacam-se: o interesse genuíno das educandas pela leitura; as parcerias institucionais com a Fundação Cultural do Pará, o SENAC, universidades públicas e privadas e organizações religiosas; e a atuação comprometida dos mediadores, ancorada no diálogo e na escuta. A necessidade de formação continuada para os mediadores que os capacite a lidar com as especificidades da atuação no ambiente da prisão é requisito primordial para a consolidação das ações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo descrever a atuação de mediadores da informação na UCRF Ananindeua acerca das ações de mediação da informação e da leitura desenvolvidas no ambiente prisional. Os resultados demonstram que os mediadores constroem práticas ancoradas no diálogo, no respeito e na escuta ativa, resistindo às relações assimétricas de poder que caracterizam o espaço da prisão.

A mediação da informação e da leitura na UCRF Ananindeua é um processo complexo, que enfrenta desafios estruturais, precariedade da biblioteca, falta de mediadores dedicados e ausência de parâmetros mínimos institucionais e desafios de recursos humanos, como a necessidade de formação continuada e de melhor comunicação interna entre os profissionais. No entanto, as iniciativas existentes, especialmente o Projeto Arca da Leitura e o Workshop de Formação de Leitores, demonstram potencial significativo para a transformação social e a reinserção das mulheres privadas de liberdade.

A perspectiva dos mediadores revela que a atuação consciente e intencional, que considere os MSD e as particularidades do contexto prisional feminino amazônico, é indispensável para que a mediação cumpra sua dimensão política emancipatória, promovendo a educação, a leitura e o acesso à cultura como direitos fundamentais inalienáveis.

As questões complementares a este recorte, como a perspectivas das mulheres em situação de privação de liberdade, sobre as práticas de mediação, os custos subjetivos dos mediadores e a dimensão política da atuação na prisão de mulheres, são tratadas em profundidade na dissertação da qual este trabalho é derivado.

Como sugestão para pesquisas futuras, indica-se a realização de estudos que investiguem o impacto das ações de mediação na trajetória das mulheres após o fim da pena, bem como pesquisas comparativas em outras unidades prisionais femininas brasileiras, contribuindo para a consolidação de um campo que ainda carece de maior representatividade geográfica e de perspectivas interseccionais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In:* BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (org.). **Mediação oral da informação e da leitura.** Londrina: ABECIN, 2015. p.9-32.

BARBOSA, Andreza Goncalves. **Práticas informacionais das apenadas do Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade de Vespasiano-MG.** 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/f70b8029-773e-457b-8b60-ac351dfc09f3/content. Acesso em: 16 maio 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BORTOLIN, Sueli. **Mediação oral da literatura: a voz do bibliotecário lendo ou narrando**. 2010. 233 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em: https://hdl.handle.net/11449/103349. Acesso em: 16 maio 2026.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Censo nacional de práticas de leitura no sistema prisional.** Brasília: CNJ, 2023. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/10/censo-leitura-prisional-digital.pdf. Acesso em: 15 maio 2026.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA. **Resolução n° 2, de 12 de abril de 2018.** Dispõe sobre a flexibilização das Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal. Brasília: Ministério Extraordinário da Segurança Pública, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/senappen/pt-br/pt-br/composicao/cnpcp/resolucoes/2018/resolucao-2-de-12-de-abril-de-2018.pdf/view. Acesso em: 23 maio. 2026.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução n° 391, de 10 de maio de 2021.** Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2021. Disponível em:

https://atos.cnj.jus.br/files/original12500220210511609a7d7a4f8dc.pdf. Acesso em: 10 maio 2026.

BRASIL. **Lei n° 7.210, de 11 de julho de 1984.** Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Senado Federal, 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 18 maio 2026.
BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). **Relatórios de Informações Penais (RELIPEN):** 19º ciclo de julho a dezembro de 2025, segundo semestre de 2025. Brasília: SENAPPEN, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-de-informacoes-penitenciarias/relatorio-do-2o-semestre-de-2025.pdf. Acesso em: 18 maio 2026.

CAVALCANTE, Lídia Eugenia. Mediação da leitura e alteridade na Educação Literária. **Informação & Sociedade:** Estudos, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1–14, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57262. Acesso em: 14 jul. 2026.

GOMES, Henriette Ferreira. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994/19090. Acesso em: 20 abr. 2026.

GOMES, Henriette Ferreira. A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. **DataGramaZero**-Revista de Ciência da Informação, [*s. l.*], v. 9, n. 1, p. 1-15, 2008. Disponível em: https://revistas.usp.br/pbcib/pt_BR/article/view/254653 Acesso em: 20 abr. 2026.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade:** Estudos, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1 –23, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/57047. Acesso em: 16 maio 2026.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion**: Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 5 n. 2, p. 10-21, mar./ago. 2019. Disponível em: https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644. Acesso em: 15 maio. 2026.

LOPES, Fernando Cruz. **Mediação da informação no cárcere:** uma análise por intermédio da educação nas prisões. 2023. 233 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho, Marília, SP, 2023. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/81cc4c16-fc81-4ac9-a614-17920b1b7fa2/content. Acesso em: 23 maio 2026.

MOREIRA, Mayrlly Aparecida Araujo. **Mediação da Informação e da leitura em Bibliotecas Prisionais para mulheres encarceradas:** elaboração de uma proposta de Mediação em diálogo com a Agenda 2030. 2023. 115 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) - Universidade Federal Do Cariri, Juazeiro do Norte. Disponível em: https://sucupira-

legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13880917. Acesso em: 23 maio 2026.

SANTOS, Andréa Karinne Albuquerque dos *et al.* Marcadores sociais da diferença no contexto da mediação da informação e das práticas informacionais. **InCID:** Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, Brasil, v. 14, n. 2, p. 48–68, 2023.Disponível em: https://revistas.usp.br/incid/pt_BR/article/view/206360/200647. Acesso em: 22 maio 2026.

SANTOS NETO, João Arlindo dos. Mediação implícita da informação e os marcadores sociais da diferença: protagonismo e aspectos éticos na Organização e Representação da Informação e do Conhecimento. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 9, n. 2, p. 269-297, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/971/823. Acesso em: 13 mar. 2026.

SANTOS NETO, João Arlindo dos. **O estado da arte da mediação da informação:** uma análise histórica da constituição e desenvolvimento dos conceitos. 2019. 460 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/entities/publication/c44c0313-6750-4148-a142-a8dc7682b532. Acesso em: 13 mar. 2026.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; BORTOLIN, Sueli; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A concepção de apropriação da informação nos periódicos da área "Comunicação e Informação" e Anais do ENANCIB. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais** [...]. São Paulo: ANCIB, 2017. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/546/688. Acesso em: 13 jun. 2026.

SILVA, Karina de Oliveira. **Mediação da informação e da leitura para mulheres privadas de liberdade**: um estudo na Unidade de Custódia e Reinserção Feminina de Ananindeua, no Estado do Pará. 255f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2025.

SOUSA, Francisca Liliana Martins de. **Mediação da informação no cárcere:** atuação do bibliotecário para reinserção social dos apenados. 2021. 155 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Humanidades, Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/58019/3/2021_dis_flmsousa.pdf. Acesso em: 15 abr. 2026.

ZAMITE, Adriana Isidório da Silva; PAIVA, Marília de Abreu Martins de. A mediação da informação na prisão: uma análise das produções científicas a partir de um referencial feminino na Ciência da Informação. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2025, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. São Paulo: ANCIB, 2025. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/56. Acesso em: 15 abr. 2026.

ZAMITE, Adriana Isidório da Silva *et al.* Mapeando as contribuições da Ciência da Informação para o projeto de remição de pena pela leitura em ambientes prisionais. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2024, Vitória. **Anais** [...]. São Paulo: ANCIB, 2024. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/1017. Acesso em: 15 abr. 2026.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução Cristhian Matheus Herrera. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.